

Assistência Social, Neoliberalismo e os desafios ao Serviço Social

Priscila Vasconcelos Lins, Assistente Social

Este artigo constitui-se enquanto fruto das reflexões sistematizadas e apresentadas em monografia defendida em Junho de 2009, para obtenção do Título de Assistente Social pela UNIGRANRIO.



Fonte: blogspot.com/PW-4zFC07A/SPj248HstI/AAAAAAAABII/E37sRwnhb0M/s400/pobreza.jpg

Introdução:

O presente artigo tem como objetivo apresentar os rebatimentos da ideologia neoliberal frente à execução da política de assistência social, bem como apresentar os desafios do Serviço Social no exercício cotidiano da sua prática profissional, viabilizando aos usuários a efetiva implementação da política de assistência social.

Esse debate torna-se extremamente relevante para o fortalecimento da direção social que segue hegemonicamente a categoria profissional.

I) Os rebatimentos do neoliberalismo na execução da política de assistência social

A consolidação da assistência social enquanto política pública, inserida na Seguridade Social, se configura como um grande avanço, porém traz consigo heranças históricas da cultura política brasileira. Em decorrência dessas heranças históricas, das décadas passadas, a assistência social transita entre a benemerência/filantropia/assistencialismo - este com conotação de clientelismo político - e a condição de um direito social inscrito no âmbito da Seguridade Social. Sob este prisma, suas ações se configuram de forma seletiva e emergencial, ou seja, vinculada à população que vive em situação de pobreza absoluta, e que demandam atendimento emergencial.

Para compreender o campo da assistência social na sociedade brasileira, é preciso analisá-lo dentro do contexto capitalista, que se introduziu no Brasil e gerou profundas transformações societárias no marco do capitalismo tardio. Tais mudanças ocorreram no âmbito social, político, econômico e cultural; ou seja, no campo da vida social e do trabalho.

Mas precisamente na década de 1990, no Governo Collor, é que emergem os sinais das mudanças no mundo do trabalho, na economia e no social, principalmente através do ideário neoliberal que se instaurou no país. Nesse sentido, podemos dizer que as mudanças que estão ocorrendo no Brasil, por força da globalização e do neoliberalismo, têm impacto direto nas formas de organização do Estado, assim como no contrato e funcionamento do trabalho.

No caso do Brasil, podemos falar que as transformações societárias, a partir da reestruturação capitalista, estão muito distantes da ordem tardoburguesa do capitalismo central. No entanto, alguns traços caracterizados da ordem tardo-burguesa estão se inserindo rapidamente a nossa vida social.

Conforme expressa Netto: Não ocorre aqui a oswaldiana antropofagia: não é “atraso” nacional que deglute o “moderno” – são os vetores societários tardo-burgueses que vão refuncionalizando e subsumindo o “tradicional”. A internalização das grandes corporações transnacionais no espaço socioeconômico brasileiro; as reestruturações dos conglomerados nacionais; o intercâmbio econômico e científico-tecnológico com o mundo “globalizado”; as diferenciações na polarizada estrutura de classes; uma indústria cultural muito bem estruturada e monopolizada, dotada de uma mídia eletrônica com cobertura (espacial e social) inclusiva – tudo isso põe a sociedade brasileira num patamar tardo-burguês. Aqui, a constituição da ordem tardo-burguesa não se apresenta nem se apresentará, tal como nas sociedades cêtricas em que se desenvolve primariamente – sua configuração se estrutura sem que haja a evicção do “atraso” e do “tradicional”; estrutura-se como ordem tardo-burguesa periférica. (NETTO, 1996, p. 105)

O Brasil produziu de maneira significativa o avanço da desigualdade social, devido à grande concentração de renda, esse processo vem sendo cada vez mais acentuado ao longo dos anos. Desse modo, a ideologia neoliberal introduz fenômenos no cenário atual que são praticamente impossíveis de serem enfrentados. Nesse contexto, podemos dizer que possuímos uma assustadora “dívida social” gerada pelo grande capital.

A assistência social vem sendo executada a partir de ações pontuais; de órgãos governamentais dispersos, práticas de indivíduos, grupos e entidades.

Para que essas ações não se configurem dessa forma é preciso compreender a assistência social como um dos setores da política social brasileira, levando em consideração as perspectivas históricas e sociais. Ou seja, situar a ação da assistência social como de origem na cerce das relações ordenadas entre Estado e os setores excluídos da sociedade, no contexto da reprodução social da força de trabalho.

Nessa perspectiva ocorreu, e ainda ocorre na sociedade brasileira, uma tentativa de desvincular a assistência da responsabilidade do Estado, criando “novos campos” para a execução dessa política - mais especificamente, através de ajuda aos necessitados, ou por práticas eleitorais proveitosas e clientelistas. Nesse sentido, perpetua-se à lógica do favor e da solidariedade.

Percebemos o deslocamento de responsabilidade do público para o privado, assim como do interesse pessoal. Todo esse processo fez parte da gênese da política de assistência social, e mesmo após afirmação como política pública, esbarramos com esses paradigmas que cercam a história da assistência social.

O quadro crítico que o capital enfrentou na época (crise econômica internacional (1974-1975) fez com que o próprio pensasse em um processo de reestruturação que garantisse: recuperação do seu processo de reprodução e restituir o seu projeto de dominação societal. Nesses termos, vai ocorrendo um exaurimento desse modelo de produção (“fordista-keynesiano” (Esse padrão de crescimento perdurou por quase 30 anos, e foi caracterizado pelo período dos “anos de ouro” do capital.) - baseado na produção/consumo em massa), causando seu declínio. Esse processo obviamente atinge a classe trabalhadora e o capital de formas antagônicas.

A crise do padrão de acumulação capitalista ocorre por decorrência da diminuição das taxas de lucros e, em contrapartida, ocorre um aumento das taxas de inflação que atingem a base econômica de regulação keynesiana.

Nesse período, as idéias neoliberais criam força, e seu modelo de acumulação flexível se instaura no país. Suas teorias criticam o excesso de poder do Estado, no âmbito do mercado e da sociedade.

Nesse sentido, as teorias neoliberais focam em medidas de ajuste, formadas por um projeto ideológico, político e econômico, que visa à liberdade dos mercados; ou seja, a desregulamentação da economia que vai favorecer o livre fluxo de produtos e de capital. Desse modo, o Estado deveria fortalecer o funcionamento do mercado, de maneira que os investimentos fossem mínimos para o trabalho e máximos para o capital.

Os neoliberais sustentam a idéia de que a intervenção do Estado é antieconômica e antiprodutiva, pois cria um processo de falta de estímulo do capital nos investimentos, assim como, os trabalhadores a trabalharem.

Ademais, afirmam a ineficiência e ineficácia do mesmo, a partir do momento em que não atendem as demandas dos consumidores inseridos no mercado e não conseguem eliminar a pobreza - pois tornam os pobres dependentes do Estado paternalista. Tais dilemas, só poderiam ser solucionados a partir da construção de um Estado forte e capaz de garantir à expansão do mercado e da livre economia, através da acumulação de capital, privatização, desregulamentação da economia, flexibilização trabalhista, ou seja, a reconstrução do mercado, e também da competição e do individualismo. “Por último, seria preciso combater o igualitarismo, pois a desigualdade é o motor da iniciativa pessoal e da competição entre os indivíduos no mercado”. (LAURELL, 2002, p. 162).

O Estado passa a dicotomizar a forma de intervenção das políticas sociais, que, dessa maneira, retomam seu caráter liberal residual, e “a questão da garantia dos direitos” volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para a ação focalizada do Estado” (COUTO, 2006, p. 70).

Esse paradigma sustenta o retorno da sociedade civil no que se remete aos direitos, assegurando a área do direito individual. No que tange os direitos sociais, retoma a lógica de mercado e da filantropia, ou seja, “se o indivíduo tem dinheiro, deverá comprá-los no mercado, transitando, assim, da ótica do direito para a mercadoria” (ibidem, p. 72). Assim, caso a população não possua condições de comprá-los, deverá ficar a mercê da benevolência dos membros da sociedade, que nesse caso irá retomar o papel de responsável por essas demandas sociais. Nesta lógica, o Estado somente deve intervir na garantia de um mínimo a população, somente para aliviar a pobreza.

Consequentemente, instaura-se o agravamento da crise social, com altas taxas de desemprego estrutural, reforçadas pelo avanço tecnológico, configurando-se uma das mais graves expressões da questão social na contemporaneidade.

Essas políticas foram conquistadas no “Consenso de Washington” - 1989 se organizavam através de um conjunto de regras que posteriormente seriam aplicadas de forma padronizada nos diversos países do mundo. Dessa forma obteriam apoio político e econômico dos governos, garantindo assim a sua hegemonia.

Compulsoriamente, quase todos os países adotaram medidas recomendadas pelo Banco Central, e essas medidas ganharam força. Esses ajustes não atingem somente a esfera econômica, atingem todas as esferas e afetam as relações sociais como um todo. Percebe-se claramente a proporção das transformações sociais, porém torna-se importante ressaltar que essas transformações, e seus impactos ocorreram de forma diferenciada entre os demais países, principalmente nos considerados periféricos.

Contudo, podemos dizer que do ponto de vista social, eles se desenvolveram de forma generalizada. Sendo assim, os países centrais, considerados mais ricos não escaparam dos efeitos de ajuste neoliberal, mas os países mais pobres, periféricos foram os que mais sofreram. Ou seja, (...) em vez de promover uma “equalização” entre as regiões e os países do mundo, subjacente à falsa “utopia global” por trás da globalização, o que se vê é uma crescente ampliação das distâncias e das desigualdades entre eles (SOARES, 2003, p. 22).

Especificamente no Brasil, os impactos das políticas neoliberais se deram de maneira mais intensa no âmbito do trabalho, em função do desemprego e da precarização das condições de trabalho, gerando um processo de exclusão cada vez maior, pois a proletarização transforma o salário como a única fonte de sobrevivência.

Desse modo, o direito de cidadania que foi construído debilmente nos países da América Latina foi trocado por “atestados de pobreza”, que viabilizam o acesso a esses serviços realizados de maneira precária.

Além disso, foram introduzidos mecanismos que interromperam o processo de construção de uma seguridade social mais ampla e generosa, baseada nos direitos de cidadania e no dever do Estado, e que incorporava três áreas sociais da maior relevância: saúde, previdência e assistência (ibidem, p. 34).

Na verdade, o grande beneficiário da política neoliberal é a Burguesia Brasileira, sendo clara a priorização do governo em proteger o capital, à custa da exploração do trabalhador e da redução de direitos sociais, mesmo que isso gere cada vez mais um quadro de pauperismo no Brasil.

Em suma, esse cenário constitui um campo amplo de desafios para o Serviço Social no cotidiano profissional de sua prática, sobretudo no processo de execução e consolidação da política de assistência social inserida sob um patamar de direito social.

II) Os desafios do serviço social

Por decorrência desse cenário adverso, ocorre uma ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais, isto é, existe uma maior legalidade dos serviços sociais no âmbito das esferas do poder, por decorrência do agravamento da questão social.

Nesses termos, ocorre a necessidade de uma atualização da prática profissional frente aos desafios postos pela conjuntura neoliberal, ou seja, repensar a intervenção profissional, sobretudo, nas bases de legitimação das demandas profissionais, bem como nas suas dimensões ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa. Pois ambas: “nunca podem ser desenvolvidos separadamente – caso contrário cairemos nas armadilhas da fragmentação e da despolitização do Serviço Social” (SOUZA, 2006, p. 05)

Sob este prisma, são muitos os desafios. O mais significativo é tornar o Projeto Ético-Político um “guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada” (IAMAMOTO, 2007, p. 233).

Enquanto categoria politizada, devemos assumir um posicionamento crítico frente à ofensiva neoliberal que leva a sociedade na direção do aprofundamento das tendências de barbárie, em função das profundas transformações. Nesse sentido, os assistentes sociais devem construir uma nova prática que fortaleça os interesses das classes subalternas dentro das instituições, programas e políticas sociais, ou seja, criar mecanismos que fomentem a constituição das classes subalternas em classes políticas que questionem e rejeitem o discurso das classes dominantes, pois assim a instituição torna-se espaço de luta para a incorporação das classes subalternas através da efetivação dos direitos sociais (principalmente os consolidados via Constituição Federal de 1988). Nesse caso, o Serviço Social deve apoiar e aliar-se às lutas coletivas da classe trabalhadora para criar um campo democrático popular de luta e articulação de forças políticas capazes de promover uma contra-hegemonia ao sistema capitalista vigente para a gênese de uma nova ordem societária.

Contudo, diante do exposto, temos que ter cuidado para que a nossa prática profissional não oscile entre o messianismo e o fatalismo.

a) De um lado, o fatalismo, inspirado em análises que naturalizam a vida social, traduzido numa visão “perversa” da profissão. Como a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o Serviço Social entrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico, nada lhe restando a fazer. No máximo, caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão;

b) De outro lado, o messianismo utópico, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. O messianismo traduz-se numa visão “heróica”, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social. (IAMAMOTO, 1992, p. 115, 116).

A criação de um projeto profissional crítico e progressista deve levar em consideração os limites que se expressam, por decorrência das condições institucionais de mercado de trabalho, devido à instauração do ideário neoliberal. Portanto, tais visões se situam nas concepções naturalistas e idealistas da esfera de vida social no cenário moderno, ou melhor, pósmoderno.

Nesse aspecto: A superação do fatalismo e do messianismo na análise da prática social – com as suas derivações no exercício profissional – implica o desvendamento da própria sociedade que gesta essas concepções e sua crítica teórica radical, historicamente constituída. Em outros termos, supõe recuperar a tradição intelectual instaurada por Marx na análise da sociedade capitalista. Mostra a atualidade, por um lado, do método e do arsenal de categorias que permitiram expressar, no nível do pensamento, as condições de existência real dessa sociedade. Por outro lado, recuperar a dimensão prática, como “prática-crítica” com explícito caráter de classe. (IAMAMOTO, 1992, p. 113)

A categoria de Serviço Social deve defender a atuação profissional em consonância com os pilares do projeto ético-político, porém é importante salientar que ela não pode estar desvinculada das demais lutas dos trabalhadores. O projeto profissional hegemônico da categoria vincula-se a um projeto societário antagônico ao das classes dominantes, e exige lutar contra o movimento capitalista vigente. No entanto, o Serviço Social enquanto profissão nada poderá mudar, e sim enquanto classe trabalhadora organizada e politizada, pois se os assistentes sociais continuarem a desempenhar uma prática paternalista e burocrática, permanecem reproduzindo e contribuindo para o padrão de dominação econômico atual.

Diante dessa conjuntura, afirmar a assistência social como direito é um desafio, pois é um campo repleto de contradições, conflitos e impasses. No entanto, é uma tarefa que pode ser realizada por todos os segmentos da sociedade, ou seja, buscar nos limites do capitalismo a ampliação dos investimentos para reduzir os efeitos perversos da exploração do capital sobre o trabalho. Diante disso, a assistência social passará a ser inscrita como direito social, com participação ativa da população, e com um Estado realmente responsável pela mesma.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-adia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 1998, p. 17)

Apesar de um passado cheio de preconceitos e de instrumentos autoritários no campo social, precisamos romper com a cultura assistencialista que perpassa a história da assistência e lutar por uma sociedade direcionada a universalização dos direitos, da democracia e da justiça social.

Considerações Finais

Concluimos este artigo com a finalidade de oferecer subsídios que possam contribuir para o forte debate que

hoje atravessa a política de assistência social frente à atual conjuntura brasileira.

O movimento de globalização da economia demanda reformas na esfera do Estado, expressas através do processo de privatizações, mudanças no mundo do trabalho e na redução das políticas sociais. Nesses termos, devemos superar a visão ingênua de que a assistência social emergiu como um instrumento de enfrentamento e redução das desigualdades sociais postas pelo capitalismo.

O resgate que devemos fazer hoje da política de assistência deve situá-la sob um patamar de direito social e de cidadania, garantido via Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, os assistentes sociais precisam estar conectados à realidade imposta pelo cenário neoliberal, para assim pensar ações concretas para a atuação profissional, buscando alternativas para a manutenção das políticas sociais, ou seja, dos direitos sociais, através de uma prática crítica, política, democrática, competente e compromissada com os interesses das classes subalternas.

Referências Bibliográficas

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. – 8. ed – São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13 ed. – São Paulo. Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

LAURELL, Asa Cristina. Estado e políticas sociais no neoliberalismo – 3ª edição - São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social-notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade, nº 50, ano XVIII, abril 1996.

SOARES, Laura Tavares R. O desastre social. Rio de Janeiro: Record, 2003. – (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

SOUZA. Charles Toniolo de. “A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional”. Artigo apresentado em setembro de 2006 na ocasião da prova integrada do curso de Serviço Social da UNIGRANRIO.